



# Documentos de Prestação de Contas 2016

Notas ao Balanço e à Demonstração  
de Resultados  
(Doc. n.º 13)

**MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA**

**8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados – 31-12-2016**

**Nota Prévia**

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de dezembro de 2016.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com exceção das rubricas 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

R

Alb

8.2.1. No ano 2016, por lapso, foram incorretamente classificados os documentos respeitantes a reembolsos e restituições de valores cobrados de impostos e taxas na classificação 01.02/06.02.01.01 – Impostos e taxas pagos pela Autarquia, pois a classificação correta é a 01.02/06.02.01.02 – Restituições de impostos ou taxas cobradas.

Deste modo, a totalidade do valor constante na classificação económica 01.02/06.02.01.01 (922.874,97€) deverá ser considerado na classificação económica 01.02/06.02.01.02, passando esta a ter o valor de 926.253,19 € (3.378,22€ + 922.874,97€).

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

*a) Imobilizado Corpóreo*

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afetação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efetuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (2.ª Série).

Todos os bens do ativo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

*b) Existências e Materiais Diversos*

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afetação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adotado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

*c) Dívidas de Terceiros*

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.

*d) Acréscimos e diferimentos*

*Nota introdutória:*

*Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.*

*271 - Acréscimos de proveitos:*

*Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).*

*2711 – Juros a receber:*

*Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.*

*272 – Custos diferidos:*

*Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afetar diretamente a respetiva conta de custos.*

273 - Acréscimos de custos:

*Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício ou exercícios posteriores.*

2732 - Remunerações a liquidar:

*Compreende, entre outras, as remunerações (e respetivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.*

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respetivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respetivos.

Assim, em 31 de dezembro de 2016 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2017, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de dezembro de 2016.

Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respetivos encargos vencidos em 31 de dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - Proveitos diferidos:

*Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.*

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. Na conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” foram registados valores no ano de 2016, inerentes a elaboração de um plano geral de drenagem do concelho de Albufeira.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA		Activo bruto					Ano: 2016		Un. €
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo final	
<b>De bens de domínio público:</b>									
Terrenos e recursos naturais	980.979,84		314,47					981.294,31	
Edifícios									
Outras construções e infra-estruturas	159.643.619,34		244.483,84				2.643.197,73	162.531.300,91	
Bens do património histórico, artístico e cultural	269.540,00		112.905,89					382.445,89	
Outros bens de domínio público	5.361.715,91		195.862,56				33.448,68	5.591.027,15	
Imobilizações em curso	10.843.452,76		3.329.797,57				-2.676.646,41	11.496.603,92	
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	9.566,94							9.566,94	
	<b>177.108.874,79</b>		<b>3.883.364,33</b>				<b>0,00</b>	<b>180.992.239,12</b>	
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>									
Despesas de instalação									
Despesas de investigação e de desenvolvimento	559.870,60		14.022,00					573.892,60	
Propriedade industrial e outros direitos	1.551.812,65		202.541,87					1.754.354,52	
Imobilizações em curso	1.219.885,08		77.084,10					1.296.969,18	
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas									
	<b>3.331.568,33</b>		<b>293.647,97</b>				<b>0,00</b>	<b>3.625.216,30</b>	
<b>De imobilizações corpóreas:</b>									
Terrenos e recursos naturais	3.366.555,58		300.000,00				1.793.106,98	5.459.662,56	
Edifícios e outras construções	76.538.950,94		547.169,06				6.212.768,99	83.298.888,99	
Equipamento básico	13.010.336,63		714.487,04			8.136,60		13.716.687,07	
Equipamento de transporte	3.644.935,94		631.868,38			27.059,40		4.249.744,92	
Ferramentas e utensílios	254.311,04		17.124,24					271.435,28	
Equipamento administrativo	9.327.669,03		334.029,45			131.715,17		9.529.983,31	
Taras e vasilhame									
Outras imobilizações corpóreas	2.333.357,27		2.852,20			5.679,07		2.339.530,40	
Imobilizações em curso	17.610.000,22		4.913.797,87				-8.005.875,97	14.517.922,12	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	20.000,00							20.000,00	
	<b>126.106.116,65</b>		<b>7.461.328,24</b>	<b>0,00</b>		<b>172.590,24</b>	<b>0,00</b>	<b>133.394.854,65</b>	
<b>De investimentos financeiros:</b>									
Parte de capital	5.500.251,79							5.500.251,79	
Obrigações e títulos de participação	2.752.093,16							2.752.093,16	
Investimentos em imóveis:									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Outras aplicações financeiras:									
Depósitos em instituições financeiras									
Títulos da dívida pública									
Outros títulos									
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros									
	<b>8.252.344,95</b>							<b>8.252.344,95</b>	

8.2.7

**Amortizações e provisões**

Ano: 2016

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
<b>De bens de domínio público:</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	109.978.090,86	6.017.331,29	0,00	115.995.422,15
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	2.097,74	0,00	2.097,74
Outros bens de domínio público	1.703.597,09	230.296,63	0,00	1.933.893,72
	<b>111.681.687,95</b>	<b>6.249.725,66</b>	<b>0,00</b>	<b>117.931.413,61</b>
<b>De imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	455.749,77	7.831,17	0,00	463.580,94
Propriedade industrial e outros direitos	1.094.524,00	170.467,17	0,00	1.264.991,17
	<b>1.550.273,77</b>	<b>178.298,34</b>	<b>0,00</b>	<b>1.728.572,11</b>
<b>De imobilizações corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções				
Edifícios	10.337.565,44	1.203.826,75		11.541.392,19
Outras Construções	4.654.916,64	366.542,91		5.021.459,55
Equipamento básico	11.635.256,91	476.363,58	8.090,76	12.103.529,73
Equipamento de transporte	3.388.867,78	176.515,21	27.059,40	3.538.323,59
Ferramentas e utensílios	233.501,36	9.849,72	0,00	243.351,08
Equipamento administrativo	8.822.969,44	263.176,02	131.654,98	8.954.490,48
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.965.725,29	20.561,99	5.679,07	1.980.608,21
	<b>41.038.802,86</b>	<b>2.516.836,18</b>	<b>172.484,21</b>	<b>43.383.154,83</b>
<b>De investimentos financeiros:</b>				
Parte de capital	3.629.401,79		0,00	3.629.401,79
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>3.629.401,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.629.401,79</b>



8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos está desagregada na relação do Património do Município de Albufeira, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do ativo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de aquisição;
- Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do ativo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2016, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 2.189.133,42, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 202.541,46.

O saldo do capital em dívida, referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos em 31 de dezembro, de 2016 era de € 15.377.374,05.

As despesas realizadas inerentes a empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.



**ENDIVIDAMENTO  
EMPRESTÍMOS**

(De harmonia com o ponto n.º 8.3.6.1 do POCAL)

**Município de Albufeira**

Ano: 2016

(Unidade: Euro)

Caracterização do empréstimo	N.º empréstimo	Entidade	Data de aprovação pela A. M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Dívida em 1 de janeiro de 2016	Dívida em 31 de dezembro de 2016	Observações
							Número de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Juros Total			
<b>Total/A transportar:</b>																			
	0018/000910/691 (0018/00025/697/0019)	C.G.D.	30.03.93	17.05.93	25	23	24398	29.04.93	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (0)	295.353,20	295.353,20	10,50%	1,27%	19.705,64	213,24	19.918,88	49.440,10	29.734,46	
	0018/000912/191 (0018/00026/887/0019)	C.G.D.	22.04.94	23.05.94	26	22	44045	09.05.94	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (64 fogos) (0)*	716.378,53	716.378,53	7,70%	1,27%	64.361,63	917,11	65.278,74	202.224,12	137.862,49	
	0018/000915/691 (0018/00028/467/0019)	C.G.D.	21.06.99	23.07.99	25	17	12325	07.07.99	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 110/85 de 17/04 e 226/87 de 06/08 (47 fogos) (0)*	870.220,00	845.769,93	3,05%	0,15%	55.415,45	124,77	55.540,22	221.861,35	166.445,90	
	9015/002164/991 (9015/00010/687/0019)	C.G.D./ BEI	27.06.01	23.08.01	20	15	223901	09.08.01	Investimento (N)	3.242.186,33	3.242.186,33	4,61%	0,59%	224.294,81	7.754,51	232.049,32	1.365.874,16	1.141.579,35	
	9015/002165/153 (9015/00010/687/0027)									3.242.186,33	3.242.186,33		0,59%	225.670,96	7.802,08	233.473,04	1.374.254,33	1.148.583,37	
<b>Empréstimos Bancários - Médio e Longo Prazos (b)</b>	9015/003526/791 (9015/00111/68/487/0019)	C.G.D.	26.06.03 C/Cont. 03.07.04	20.08.03	20	13	399/03	07.08.03	Urbanização, no âmbito da medida 1.5 do Programa - OCA III (D.L. 144/00 de 15/07) (0)*	381.430,00	372.470,48	1,00%	0,92%	19.120,09	1.290,32	20.410,41	152.960,72	133.840,63	
	9015/003775/691 (9015/001392/687/0019)	C.G.D.	30.08.03	18.09.03	15	13	12748	13.10.03	Investimento (N)	770.000,00	770.000,00	2,86%	0,71%	66.429,01	1.180,59	67.609,60	200.556,00	134.126,99	
	9140/015564/191 (9140/00198/387/0019)	C.G.D.	30.09.03	08.10.04	15	12	2545/04	24.11.04	Investimento (N)	830.000,00	830.000,00	2,57%	0,43%	69.166,67	891,73	70.058,40	276.666,66	207.500,01	
	203132685/0001 29.020	BPI NOVO BANCO	30.06.05	13.07.05	15	11	1862/05	26.07.05	Investimento (N)	900.000,00	900.000,00	2,30%	0,03%	77.295,92	50,26	77.346,18	386.590,10	309.284,18	
			05.11.08	04.11.08	20	8	1595/08	21.01.09	Investimento (N)	18.000.000,00	15.432.163,56	5,51%	0,39%	857.342,42	43.766,80	901.109,22	11.359.787,06	10.502.444,64	Financiamento concedido pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGF) ao Politécnico de Albufeira cuja dívida foi transferida para o Município de Albufeira no âmbito do projeto de parilha.
<b>Total/A transportar</b>									Investimento (**)	1.976.302,85	1.976.302,85	1,69%	0,00%	510.330,82	138.550,05	648.880,87	1.976.302,85	1.465.972,03	
<b>Limite de endividamento #</b>										<b>31.224.057,24</b>	<b>28.622.831,11</b>			<b>2.188.133,42</b>	<b>302.541,46</b>	<b>1.742.794,01</b>	<b>17.566.507,47</b>	<b>15.377.374,05</b>	

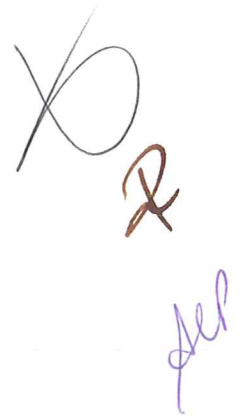
b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.

c) Utilizar (I) se estiver dentro do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.

\* Isento do limite de endividamento, conforme o disposto na alínea c) do nº 6 do artigo 24º da Lei 42/98, de 6 de agosto.

\*\* Artigo 105º da LOE 2015 (Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro)

# Informação constante no Relatório de Gestão



8.2.12. Estes valores constam da relação do Património, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação do Património, supra referida no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objeto de amortização, são os legalmente consagrados como terrenos e recursos naturais não afetos à extração, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação do património referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A., e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000, de Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001, de 26 de maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro de 2003, com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objeto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social realizado à data de 31 de dezembro de 2014, era de € 29.290.875,00, correspondendo a 5.858.175 ações de valor nominal de € 5,00 cada. Em 31 de dezembro de 2016 faltava realizar € 534.125,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de março de 2003, foi deliberado o aumento do respetivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios, atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Tendo em atenção que o relatório de 2016 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2015.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2015, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 513.256.801, o Volume de Negócios é de € 55.985.526, o Capital Próprio é de € 43.235.145 e o Resultado Líquido é de € 6.942.498.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede em Barros de São João da Venda, 8135-026 Almancil, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de maio.

O capital social da empresa em 2015 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 ações de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 ações da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00 que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2016 salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 61.986.530, o Capital Próprio é de € 19.817.271, o Volume de negócios é de € 22.867.401 e o Resultado Líquido é de € 2.158.390.

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 ações nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A.*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição para prestação e conclusão, segundo instruções e diretivas da mandante de Serviços de Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitectura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as atividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de atividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira* à *Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de dezembro de 2008.

No decorrer do ano 2008, os acionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos acionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.522,00.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2009, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 35.110.784,55, o Capital Próprio é de € 13.998.593,40, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

Ressalva-se ainda que, derivado dos esforços perpetrados no decurso do ano 2016, tornou-se possível realizar os trabalhos tendentes ao encerramento contabilístico dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, aguardando-se pela receção dos originais dos Relatórios de Gestão desses mesmos anos, a remeter pelo gabinete de contabilidade da PolisAlbufeira ao Administrador Liquidatário, com vista à realização dos procedimentos necessários à conclusão do processo de encerramento contabilístico dos referidos anos.

Salienta-se ainda a existência de um projeto partilha entre o Município de Albufeira e a Sociedade PolisAlbufeira, S.A., que ainda não se encontra totalmente concluído pelo que, no decurso do ano de 2017, existe a possibilidade de se incorporarem a totalidade dos ativos, bem como os restantes passivos.

Importa referir que o Município de Albufeira poderá ainda incorrer em responsabilidades relativas aos processos judiciais da PolisAlbufeira.

#### ➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objectivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 ações da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2015 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2003 a 2014 ainda não estão disponíveis, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2011, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objeto social da Sociedade é promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a coletividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objeto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções coletivas de pequena escala, pólos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respetivo objeto social, a promoção e execução de projetos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00, dividido em ações com o valor nominal de € 10,00 cada uma, nos termos do constante dos respetivos estatutos.

Atento nos objectivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas ações por aquela desenvolvidas em cumprimento do respetivo objeto

social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como acionista, mediante a subscrição de 100 ações nominativas, num valor total de € 1.000,00, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2016 ainda se encontra em fase de elaboração e o de 2012, 2013, 2014 e 2015 ainda não foi disponibilizado, analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 1.104.693,93, o Volume de Negócios é de € 102.170,17, o Capital Próprio é negativo em € 160.637,29 e o Resultado Líquido é negativo em € 97.827,97.

**8.2.19.** Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

**8.2.22.** O valor global das dívidas de cobrança duvidosa, em 31/12/2016, ascende a € 5.111.685,97.

**8.2.26.** Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:



**8.2.26 - CONTAS DE ORDEM**

CONTAS		Saldo da Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
<b>Garantias e Cauções</b>							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	584.431,29		379.480,05		963.911,34	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	19.758,09		8.460,25		28.218,34	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	564.673,20		371.019,80		935.693,00	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				165.104,26		165.104,26
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				1.443,19		1.443,19
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				163.661,07		163.661,07
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas				11.634,64		11.634,64
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado				11.634,64		11.634,64
09343	Accionadas a Outros Credores						
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		<b>584.431,29</b>	<b>0,00</b>	<b>379.480,05</b>	<b>176.738,90</b>	<b>787.172,44</b>	
<b>Recibos para Cobrança</b>							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	5.818.430,58		215,29	923.063,97	4.895.581,90	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes			22,85	22,85		
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>		<b>5.818.430,58</b>	<b>0,00</b>	<b>238,14</b>	<b>923.086,82</b>	<b>4.895.581,90</b>	
<b>Total</b>		<b>6.402.861,87</b>	<b>0,00</b>	<b>379.718,19</b>	<b>1.099.825,72</b>	<b>5.682.754,34</b>	

Em 2015 detetou-se uma discrepância relativamente à prestação de caução em relação à empresa Hidralgar – Equipamentos Electromecânicos, S.A.. Tal diferença, no valor de 7.828,36, tem origem em 2002 aquando do lançamento dos saldos iniciais, ou seja, por lapso, foi considerado duas vezes a caução da mesma obra. Para retificar esta incorreção, procedeu-se ao lançamento:

- Débito: 093120243000143 – 7.828,36 €
- Crédito: 093220243000143 – 7.828,36 €

No entanto em 2016, aquando das transferências dos saldos das rubricas referidas de 2015 para 2016, constatou-se que tais lançamentos provocaram alteração ao montante do saldo inicial de 2016 (1.194.304,25 €) do documento 10 – Mapa de Operações de Tesouraria, no montante de 7.828,36 € divergindo do valor efetivamente considerado como saldo da gerência anterior de operações de tesouraria (2016) no montante de 1.202.132,61 € do documento 9 – Mapa de Fluxos de Caixa.

Deste modo, e a fim de corrigir estas diferenças, foram efetuados os seguintes movimentos nas contas patrimoniais e de ordem, que mais não são do que os movimentos inversos aos que tinham sido efetuados em 2015.

Contas de Ordem:

- Débito: 093220243000143 – 7.828,36 €
- Crédito: 093120243000143 – 7.828,36 €

Contas Patrimoniais:

- Débito: 69889 – 7.828,36 €
- Crédito: 26851000143 – 7.828,36 €

Os movimentos nas contas de ordem vão ter repercussões no mapa acima apresentado, sendo que os movimentos patrimoniais irão afetar o mapa 10 – Mapa de operações de tesouraria e, nomeadamente o saldo final de 2016 e o correspondente saldo inicial de 2017.

No entanto, em 2017 a situação será regularizada de forma a refletir os saldos corretos nas respetivas contas patrimoniais.

**8.2.27.** Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respetivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>19</b>	Provisões para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>291</b>	Provisões para cobranças duvidosas	5.754.104,84	10.137,44	752.240,59	5.012.001,69
<b>292</b>	Provisões para riscos e encargos	544.348,84	6.340.275,04	0,00	6.884.623,88
<b>39</b>	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>49</b>	Provisões para investimentos financeiros	3.629.401,79	0,00	0,00	3.629.401,79

**8.2.28.** O Resultado Líquido do Exercício de 2015 foi positivo em € 27.011.752,32. Foi aprovado, na prestação de contas de 2015, a aplicação de 5% deste valor, no montante de € 1.350.587,62 para Reservas Legais, e a transferência do remanescente para a conta 59 – Resultados Transitados.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	103.617,35	662.477,89
Compras	5.310.319,54	902.392,29
Regularizações de existências	0	228.554,52
Existências finais	103.348,96	1.155.597,10
<b>Custos no exercício</b>	<b>5.310.587,93</b>	<b>637.827,60</b>

8.2.31.

**Demonstração de Resultados Financeiros**

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	246.225,72	195.061,87	781	Juros obtidos	20.566,72	4.878,86
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	2.250.555,19	1.725.437,50
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	851.269,66	402.157,88
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	1.106,55	16.605,42	787	tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	2.875.059,30	1.920.806,95	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Total.....	3.122.391,57	2.132.474,24		Total.....	3.122.391,57	2.132.474,24

8.2.32.

**Demonstração dos Resultados Extraordinários**

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	374.085,00	35.000,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	231.850,01	0,00
694	Perdas em immobilizações	106,03	1.984,27	794	Ganhos em immobilizações	1.975,27	798,10
695	Multas e Penalidades	73.550,35	57.513,21	795	Benefícios de penalidades contratuais	2.828.004,14	400.294,41
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	752.240,59	133.425,48
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	684.271,17	385.426,17	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	176.663,94	528.355,23
698	Outros custos e perdas extraordinárias	107.791,04	1.778.712,99	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.142.959,46	1.105.937,52
	Resultados extraordinários	3.893.889,82	-89.825,90				
	Total.....	5.133.693,41	2.168.810,74		Total.....	5.133.693,41	2.168.810,74